

conversas com um abolicionista do sistema penal

entrevista com
louk hulsman

Louk Hulsman é professor emérito na Universidade de Rotterdam e membro de diversos foros internacionais – das Nações Unidas, do Conselho da Europa e das Sociedades de Direito Penal e Criminologia. Hulsman é um abolicionista penal que desestabiliza não só o direito como o próprio abolicionismo. Desconcerta o Direito ao sacudir as certezas pensadas em torno de legalidades e ilegalidades. É Professor de Direito Penal e, simultaneamente, defende a sua extinção, afirmando, entre outras coisas, não haver natureza ontológica do crime. Convulsiona o abolicionismo pois, não restringe sua perspectiva à extinção das prisões mas afirma a possibilidade de que os problemas tragados pela esfera criminal sejam resolvidos no âmbito do Direito Civil, ressaltando que uma sociedade sem penas já existe. Pratica o abolicionismo investindo em duas frentes: o abolicionismo social e acadêmico. Hulsman divulga o abolicionismo no jardim de sua casa em Dordrecht na Holanda; na Universidade e em várias partes do planeta.

Nesta entrevista, dividida em duas partes — a segunda será publicada no próximo número — concedida à

Jacqueline de Celis, com quem mantém uma parceria abolicionista intensa, explicita que seu abolicionismo provém de espaços diversos, imbricados nas situações concretas de sua vida. De seus problemas concretos as respostas diretas encontradas fizeram Hulsman deslizar rumo ao Abolicionismo. Acontecimento tecido em sua própria superfície, simultâneo à sua invenção. Hulsman é um convite à inquietude do abolicionismo, distante, muito distante, das utopias que convivem tão bem com as práticas consoladoras. E, como ele próprio gosta de afirmar, em meio a um sorriso alegre, o abolicionismo faz bem à saúde.

*Esta entrevista faz parte do livro de Louk Hulsman e Jacqueline Bernart de Celis, *Penas Perdidas: o sistema penal em questão*. Rio de Janeiro, Luam, 1993. Traduzido por Maria Lucia Karam, encontra-se esgotado aguardando uma nova edição.*

Saete Oliveira

situações e acontecimentos

Jacqueline Bernat de Celis — *Então, quem é você, Louk Hulsman?*

Louk Hulsman — Sou professor da Universidade de Rotterdam, há quase 18 anos. Lembro-me muito bem de como isso aconteceu. Um dia, alguém que eu conhecia só de nome me telefona, me diz que quer me falar sobre a nova Faculdade de Direito... Foi em 1964. No ano anterior, duas novas Faculdades tinham sido criadas, uma de Direito e uma de Ciências Sociais, que viriam se somar à antiga Faculdade de Economia. No primeiro ano, não se dá Direito Penal. Mas, para o segundo ano, era preciso um professor. Não sei porque, eu disse sim, sem hesitar.

— *Você não fez um concurso? Esta é uma maneira normal de se tornar professor numa universidade holandesa?*

— Sim, as nomeações, na maioria das vezes, se fazem em função do *curriculum vitae* da pessoa.

— *O que você havia feito anteriormente, que o recomendava para o cargo?*

— Quando me ofereceram a cátedra de Direito Penal, eu estava no Ministério da Justiça. Além disso, presidia, na época, o Comitê Europeu para Problemas Criminais, em Strasbourg, do qual fiz parte durante muitos anos. Antes de pertencer ao Ministério da Justiça, trabalhei no Ministério da Defesa dos Países-Baixos, onde ingressei logo que concluí meus estudos de Direito. Durante mais de dois anos, através deste Ministério, participei, em Paris, dos trabalhos do Comitê Interino para a Comunidade Européia de Defesa, de modo que, há muito tempo, eu já havia adquirido uma boa prática em relações internacionais.

— *Estas primeiras funções, sem dúvida, nada tinham a ver com os problemas do sistema penal...*

— Sim, sem dúvida. Trabalhei, em Paris, num projeto de Código Militar Europeu e na preparação de um Regulamento Europeu de Ajuda Mútua Judiciária, que, na verdade, não deram em nada, pois a França se recusou a assiná-los... Me engajei neste trabalho, lhe dediquei muitas energias, e fiquei bastante frustrado na época, ao ver que tanto esforço, tanto vaivém entre Paris e os Países-Baixos, não tinham servido para nada. Sem dúvida, foi essa uma das razões que me fez passar para o Ministério da Justiça...

— *E antes de ser enviado a Paris?*

— Trabalhei em meu país, durante três anos, no Serviço Jurídico do Ministério da Defesa. O mais curioso, quando penso nisso, é a espécie de vocação que, desde o começo, levou a que eu me insurgisse contra a

maneira desumana com que se aplicam as decisões penais. De imediato tive que me ocupar com questões relativas ao Direito Penal Militar. O Serviço onde eu estava, dentre outras atribuições, se pronunciava sobre pedidos de graça e livramento condicional e eu me sentia muito mal em ter que responder a estas demandas sob as orientações de meus chefes, que me pareciam incrivelmente severas. “Não, não”, diziam eles, quando eu queria conceder graça ou livramento; “você deve recusar”. O Departamento Pessoal também tomava decisões disciplinares, algumas das quais me revoltavam. E, jovem com era, eu não hesitava em correr atrás e cobrar dos responsáveis. A um deles, que decidira revogar um benefício com efeito retroativo, interpelei sem cerimônia: “O que você faria se fosse pessoalmente atingido desta maneira?” Enquanto isso, eu procurava um meio de conseguir uma evolução da política de livramentos condicionais que fosse favorável aos condenados.

— *Naturalmente, era um sonho impossível...*

— Não totalmente. Com o tempo, consegui dar uma inclinação mais liberal à política de livramentos condicionais. Aprendi muito cedo — e esta foi uma das grandes descobertas da minha vida — que, mesmo de certos postos bem modestos, é possível sacudir as burocracias, desde que, naturalmente, haja um empenho profundo e se esteja bem preparado tecnicamente. Sem dúvida, também fui favorecido pela sorte. Eu estava num posto bastante interessante. Ao meu Serviço vinham, para consulta, todas as questões econômicas ou as não estritamente militares. Por outro lado, todos os projetos elaborados pelos outros Departamentos passavam pelo Ministério da Defesa antes de ir para o Conselho de Ministros. Quando cheguei, todos os outros membros da equipe estavam absorvidos com o problema da Indonésia. Nesta época, havia a guerra da Indonésia e era preciso preparar a transmissão da soberania. Isto dava um trabalho

enorme às pessoas do meu Serviço. De modo que era a mim, o recém-chegado, que se encaminhavam as questões mais 'corriqueiras'... que, nem sempre, eram banais! Eu estava no Serviço, há não mais de dois meses, quando chegou, por exemplo, um projeto de lei sobre energia nuclear. Ora, eu não sabia nada sobre energia nuclear! Me pus, então, a trabalhar neste projeto com o maior cuidado. Meu trabalho foi apreciado e começaram a ter consideração por mim. Isto, de certa forma, me deu uma moeda de troca: precisavam de mim, tecnicamente, para fazer um trabalho considerado importante na tradição do Serviço; com isso, chegada a hora, pude reivindicar menos restrições na concessão de livramentos condicionais. Além disso, aprendi outros pequenos truques, através dos quais também pude exercer minha influência: por exemplo, na ocasião das notas trocadas pelos Ministérios. Para que uma matéria passasse no Conselho de Ministros, era preciso que os Ministros se pusessem de acordo. Assim, se um Ministério quisesse ganhar tempo, o meu poderia ser exigente, o que levaria o primeiro a ter interesse em aceitar o que reivindicássemos, para que a matéria passasse. Com este poder em retardar ou acelerar o processo, e podia ver certas coisas... De certo modo, no Ministério da Defesa, tive, antes da consciência, uma espécie de prática abolicionista...

— *Estas suas explicações mostram uma imagem bastante inquietante da forma de aprovação de projetos de lei!*

— E de sua elaboração! Durante este período da minha vida, vi muito claramente como as leis são produzidas: geralmente feitas por reles funcionários e emendadas precipitadamente e por compromissos políticos; não têm absolutamente nada de democráticas e, dificilmente, são fruto de uma coerência ideológica. Pior ainda: são editadas na ignorância da diversidade de situações sobre as quais vão influir... Mas, este desnudamento de uma realidade sem correspondência

com os princípios ensinados não passou de uma etapa na descoberta de que, em nossas sociedades, no fundo, nada funciona segundo os modelos que nos foram propostos. Para explicar isto, porém, seria preciso voltar bem mais atrás em minha história pessoal...

— *Se você pudesse fazê-lo seria interessante, na medida em que sua experiência poderia ser reveladora para outras pessoas.*

— Talvez seja. Pois bem, durante longo tempo, acreditei que aquilo que ensinava era realidade: uma determinada teologia moral, por exemplo; ou a ideologia do Estado protetor da pessoa. Mas, diante de certos acontecimentos, me dei conta de que nada disso se sustentava.

— *De qual moral você fala?*

— Eu cresci numa região dos Países-Baixos onde reinava, de forma absoluta, a doutrina católica oficial — aquela pré-Vaticano II. Inculcavam-nos a estranha idéia de que havia umas pessoas eleitas e outras não. Na ideologia escolástica, tudo é ordenado por Deus e quaisquer definições são dadas de uma vez por todas. Então, há pessoas escolhidas por Deus, que pertencem ao Corpo Místico de Cristo, ao Povo Eleito; e há os outros que estão de fora.

— *Você não está exagerando? A gente lê no Evangelho: “Eu vim buscar e salvar o que estava perdido”!*

— De forma alguma. Sempre me ensinaram que somente aqueles que são batizados estão com Deus. É certo que a noção de batismo ampliou-se um pouco. Consideram-se como batizados aqueles que tiveram desejo de sê-lo. Também se inventou o batismo de sangue. Mas, foram extensões de um princípio estrito, pelo menos no que se refere ao ensinamento que recebi. Não falo no Evangelho; falo de uma certa corrente da Igreja, a corrente especificamente jurídica, aquela que

forjou a fórmula “fora da Igreja, não há salvação”. Um homem como meu santo padroeiro, a quem acho até bem simpático, Luís, rei de França — não queria fazer a guerra... Mas, fez a de Túnis. Quando se lê o que ele escreve, fica-se confuso. Segundo ele, não se deveria fazer a guerra contra os ingleses, porque os ingleses também são seres humanos. Mas, era preciso fazer a guerra contra os árabes, porque eles não são nada, não pertencem ao Corpo Místico... Dizia-se: “é pena, mas é assim; eles são perdidos”. Eram pessoas que, de todo modo, não podiam compreender o sentido das coisas... Porque as coisas tinham um sentido que apenas os eleitos podiam compreender; aliás, em graus diversos, conforme sua posição hierárquica, entendido que somente o Papa via toda a verdade, em função de seu vínculo direto com Deus... Então eu vivia inquieto, sempre me perguntando se não iria para o inferno, pois, durante muito tempo, acreditei no inferno. Será que eu não iria parar lá? Eu queria, ao menos, sabê-lo, e inventava umas espécies de jogos para obter uma resposta: se eu chegar ao cruzamento antes de ter contado até tanto, vou para o inferno; se não, não vou... Todo o jurídico já estava ali! Falei publicamente disto há não muito tempo. Mencionei alguns problemas de consciência que tive por causa de penitências que podiam ser feitas e que valiam um tempo a menos no purgatório, para si mesmo ou para outro qualquer. Era possível ganhar 60 dias, rezando tal oração; e indo à igreja no Dia de Todos os Santos, qualquer um poderia ser totalmente perdoado... Ainda me lembro de um certo 1º de novembro... Fazia um tempo lindo! Será que eu poderia ir brincar, ou deveria cumprir esta penitência que dava a absolvição total? Tantas almas gemendo no purgatório! Como passear nos bosques, se eu poderia salvá-las?

— *Como você, finalmente, saiu desta inquietude?*

— Durante meu último ano de internato — vivi muitos anos num colégio interno — estudei teologia moral, por minha própria iniciativa, pois não fazia parte do

programa. Então, comecei a não acreditar mais no que contavam, havia, de fato, uma grande distância entre o que ensinavam e minha experiência. Ai, comecei a forjar minha própria religião. A princípio foi extremamente difícil obter informações diferentes daquelas que a Igreja transmitia. Num dado momento, consegui me apoderar da Bíblia. Tal leitura foi como dinamite. Subitamente, encontrei ali, inclusive nos Evangelhos, toda espécie de material contrário ao sistema e mesmo à liturgia que nos faziam seguir e que, aliás, me agradava... De fato, era difícil sair dos marcos impostos, pois, não só não davam livros críticos na classe em que eu estava, como, além disso, no contexto católico da região onde eu vivia, não havia a menor possibilidade de encontrar noutros lugares, seja em bibliotecas ou livrarias, qualquer literatura contrária às idéias da instituição Igreja. Nesta etapa da minha vida, realmente senti a dominação totalitária de um sistema institucional que fechava as portas a qualquer outro modo de pensar. Entretanto, a dúvida ia começar a se desalienar.

— *Como assim?*

— Escapar do conformismo permite o acesso a um universo de liberdade. Mas, nem sempre é fácil largar o *establishment*, embora, às vezes, isso dê prazer. Alguns acontecimentos me ajudaram. A guerra civil espanhola, por exemplo, foi uma etapa importante. Na região onde eu vivia, os jornais eram todos franquistas. Com uma tal imprensa, eu também acabava ficando interiormente contente quando Franco tomava mais uma cidade, quando seu exército avançava. Mas, em 1938, comecei a ter acesso a outras fontes de informação e, de repente, me vi muito pouco orgulhoso de meus sentimentos. Percebi que tinha sido totalmente enganado pelo sistema onde eu tinha estado encerrado. Agora que lia os livros dos republicanos e daqueles que, na França e nos Países-Baixos, tinham participado da luta contra Franco, me dava conta do erro profundo em que eu havia mergulhado

e minha vergonha crescia... Jamais fui à Espanha antes da morte de Franco, pelo trauma profundo que vivi naquela época. Este episódio me marcou bastante.

— *Também foi neste momento que você começou a se interessar sobre os princípios legitimadores do Estado?*

— Foram a ocupação, a resistência e a guerra que, para mim, desmistificaram o Estado. Num dado momento, como eu usava uma identidade falsa para não ir trabalhar na Alemanha, fui preso pela polícia holandesa — a polícia do meu país! — e enviado para um campo de concentração. Eu já tinha constatado que todo o aparelho estatal holandês funcionava sob a ocupação alemã como se nada tivesse acontecido; os altos funcionários permanecendo em seus postos e continuando a produzir leis. Agora, eu percebia que as leis e as estruturas teoricamente destinadas a proteger o cidadão podem, em determinadas circunstâncias, se voltar contra ele. Ou seja, descobri a falsidade do discurso oficial que, de um lado, pretende ser o Estado necessário à sobrevivência das pessoas e, de outro lado, o legítima, revestindo-o da representatividade popular. Descobri que tinha sido enganado pelo discurso político, da mesma forma que fora enganado por minha educação escolástica e induzido ao erro pelo meu meio a propósito da guerra na Espanha. Um ceticismo profundo tomou conta de mim, finalmente me impedindo de admitir qualquer sistema acabado de explicações gerais, que não pudesse ser verificado.

— *Este tipo de filosofia deve ter feito de você um professor bem diferente do modelo convencional...*

— Evoluí neste sentido. Devo dizer que depois de aceitar, muito espontaneamente como já disse, a responsabilidade da cátedra de Direito Penal que me propuseram em 1964, tive um momento de estupor. Como me posicionar? É bem verdade que, por ocasião dos encontros do Comitê Europeu para Problemas

Criminais, conheci especialistas das ciências criminais de inúmeros países; eu já tinha uma idéia do que eram os sistemas penais em diferentes contextos, pelo menos na Europa, e já tinha alguns contatos com criminólogos avançados. Estas relações me ajudaram a ultrapassar o enfoque jurídico dos problemas. Por outro lado, estive preso durante a ocupação alemã, e a condição de detento ficou gravada no mais fundo de mim como uma questão em aberto. Também é certo que aprendi com Van Bemmelen, meu professor na Universidade, a me posicionar criticamente em relação aos sistemas existentes: numa época em que os professores de Direito Penal geralmente se limitavam a fazer desta disciplina, estranhamente considerada menor, uma simples técnica legalista, ele lhe dava um enfoque de criminólogo e soube fazer com que eu me apaixonasse pelo que ensinava, a tal ponto que, com meu curso concluído, em alguns meses tornei-me seu assistente na Universidade... Mas, tudo isso que me impelia a aceitar o posto não me dava os conhecimentos específicos para me transformar num docente, pelo menos na concepção clássica do cargo que eu ainda adotava. Eu me sentia muito pobre, muito mal preparado para esta nova tarefa. Eu não sabia, por exemplo, nada de história do Direito Penal e não via como me lançar no ensino de um sistema sem ter uma idéia clara do que o havia precedido, de suas origens, de sua evolução. Eu também me colocava a questão da metodologia: para chegar a dar o que eu acreditava ser um ensino deste nome, seria preciso repensar todas as categorias. Me vi, assim, mergulhado na história e na pedagogia... Porém, uma surpresa me esperava. À medida que eu lia as obras mais importantes sobre o ensino em geral e sobre o conceito de humanidade no ensino, ia descobrindo que eu tinha tido uma visão apriorística totalmente falsa sobre o papel do professor. Há uma obra de Bloom bastante esclarecedora sobre os diferentes níveis das atividades cognitivas. No que concerne ao aspecto cognitivo do ensino, ele distingue

cinco níveis: nível 1) conheço o texto, posso repeti-lo; nível 2) compreendo o texto; nível 3) posso aplicar os conceitos; nível 4) analiso; nível 5) posso fazer a síntese. Então, disse para mim mesmo: se clarifico e organizo, me encontro neste nível superior de análise e síntese; mas, se dou tudo pronto para os pobres estudantes, eles ficarão sempre no nível do ‘conhecer’ ou do ‘compreender’ — o que estou me dispondo a fazer é totalmente aberrante. Decidi, assim, não dar aos estudantes as idéias prontas e acabadas, claras e compreensíveis, que tinham se tornado as minhas, mas apenas lhes fazer chegar elementos de reflexão que lhes permitissem encontrar seus próprios caminhos em situações complexas. Seriam eles que fariam as análises, procurariam a síntese e tirariam suas conclusões pessoais sobre os problemas que evocaríamos...

— *Ao tomar posse em sua cátedra na Universidade, você já era abolicionista?*

— Não propriamente. Na realidade, foi na Universidade que a idéia mesma do abolicionismo tomou corpo em mim. Percebi que, a não ser por um acaso excepcional, o sistema penal jamais funciona como querem os princípios que pretendem legitimá-lo.

— *Pois, como professor da Universidade, você teria que justificá-lo?*

— É certo que, em grande parte, a Universidade tem uma atividade de justificação do sistema estatal. Mas, ao mesmo tempo, ela favorece uma atividade crítica. A Universidade me pôs em contato com a pesquisa empírica e com enfoques outros que não o jurídico. Neste sentido, foi exatamente ela que me permitiu chegar a uma nova visão global do sistema penal e afirmar minha posição abolicionista...

Eu diria ainda que, afinal de contas, se as ciências sociais me levaram a esta posição foi porque, praticando-as, descobri que elas não davam o tipo de

resposta que eu esperava. Elas me ensinaram que o ‘saber’ científico, em última instância, passa sempre pelo ‘vivido’, que, em nenhuma hipótese, pode ser substituído, ao contrário do que eu erroneamente acreditava. Nesse sentido, foram as ciências sociais que me revelaram a importância do vivido e, igualmente, me levaram a pensar que, ao favorecerem uma melhor compreensão deste mesmo ‘vivido’, podem ter uma feliz incidência sobre ele. Paralelamente, elas foram, pouco a pouco me fazendo aparecer diante dos meus olhos o *nonsense* do sistema penal, no qual justamente o vivido quase não tem lugar, *nonsense* este que algumas pesquisas empíricas iriam me ajudar mais diretamente a descobrir.

— *Você pôde demonstrar o nonsense do sistema penal?*

— Você verá em que medida. No começo do meu curso, me mantive dentro de uma perspectiva mais ou menos tradicional, tratando de colocar limites racionais para a experimentação. Mas, ao mesmo tempo, eu queria dar espaço para minha visão global do social, da vida, para as conclusões que eu havia verificado pessoalmente. Uma pesquisa sobre o modo de sentenciar me deu uma oportunidade única. A partir desta pesquisa, desenvolvi um modelo normativo no qual se tratava de operacionalizar os princípios amplamente aceitos por juristas e criminólogos, segundo os quais é possível proferir uma sentença ‘justa’ (proporcionalidade entre a pena e o delito, subsidiariedade do sistema penal, informação exata sobre o imputado, etc.). Um dos meus colaboradores colocou o modelo no computador e, quando resolvemos trabalhar com ele em cima de problemas concretos, chegamos a uma experiência assombrosa — perguntávamos: “em tal caso... e neste outro... qual é a pena correspondente?” E a máquina sempre respondia: “nenhuma pena”. Jamais se reuniram todas as condições para que o tribunal pudesse impor uma pena justa, nos marcos do sistema! Isto foi em 1970.

— Não foi no ano em que Denis Chapman publicou, na Inglaterra, seu famoso ‘estereótipo do delinqüente’? Você foi influenciado por ele e pelos criminólogos pelos americanos?

— Não, eu ainda não os conhecia. Eu fazia, por conta própria, experiências de sociologia empírica que começara, um pouco por toda parte, de maneira independente. Só mais tarde conheci os trabalhos de Denis e convidei-o a se juntar a meu grupo de pesquisa sobre descriminalização do Conselho da Europa... Então, através daquele estudo em torno do *sentencing*, percebi ser quase impossível que uma pena legítima possa sair do sistema penal, dada a maneira como ele funciona. Saltava aos olhos que tal sistema opera como base na irracionalidade, que ele é totalmente aberrante. Neste momento, descobri ter a solução para uma indagação profunda, que eu me fazia desde a juventude e que fora deixada sem resposta. Desde minha adolescência, eu me perguntava, a a propósito da civilização romana, por que aquelas pessoas faziam depender suas decisões do vôo dos pássaros, ou do aspecto das entranhas de aves sacrificadas. Esta indignação não tinha me abandonado nem mesmo depois da obtenção do bacharelado. Tratei de esquecê-la, dizendo que, afinal de contas, os romanos estavam muito longe de nós. Mas, a dúvida tinha ficado guardada num canto de mim e reapareceu, por ocasião de uma estada de algumas semanas em Roma. A imagem que eu tinha construído da civilização romana retornou ao meu espírito e tive a sensação de não ter decorrido muito tempo desde os romanos da antigüidade, de que eles não deviam ser assim tão diferentes de nós, e de que toda nossa vida, em certa medida, estava ainda cheia de suas idéias... e também, um tanto paradoxalmente, tive a sensação de que poderia ser de outra forma num momento dado, de que o tipo de civilização na qual vivemos poderia ser detido um dia... Entretanto, ainda não tinha conseguido responder à lancinante questão sobre as aves e suas entranhas... Foi na Universidade, naquele momento de revelação do *nonsense* do sistema penal, que encontrei a resposta para

a pergunte que me perseguia. Compreendi, de repente, que o que fazemos com o Direito se parece com que os romanos faziam com seus pássaros e suas aves. Vi que o Direito, a teologia moral, a interpretação das entranhas, a astrologia... no fundo, funcionam da mesma forma. São sistemas que têm sua lógica própria, uma lógica que não tem nada a ver com a vida ou com os problemas das pessoas. Em cada um destes sistemas, dizia eu, fazem-se depender as respostas de signos que nada têm a ver com as verdadeiras questões dadas. Para nós, a resposta está no Direito; para os romanos, estava nas entranhas; para outros, ela se acha na astrologia, mas o mecanismo é o mesmo... No meu curso, costumo comparar o pensamento jurídico ocidental aos *flippers*, estas máquinas que existem nos bares e fazem brilhar todos os tipos de luzes... Este jogo tem sua lógica própria. Naturalmente, se é livre para dizer: se der 1000, eu me caso; se der 800, aceito aquele trabalho... podemos tirar na sorte decisões que vamos tomar, mas não nos enganemos: é preciso que estejamos bem conscientes de que estamos obedecendo a uma lógica especial.

— *Foi neste exato momento que você disse: é preciso abolir esse sistema irracional?*

— Não houve um momento espetacular em que a idéia bruscamente brotasse. A necessidade do abolicionismo foi se impondo gradualmente. Paralelamente, às minhas experiências empíricas na Universidade, eu recebia informações de outros pensadores e pesquisadores que me ajudaram em certos pontos de partida. Notadamente com a leitura de algumas obras de história, percebi que, em toda parte, se manifesta uma espécie de movimento circular de onde não se sai. Os sistemas se encontram, aqui e acolá, em diferentes estágios, mas sempre voltam ao mesmo ponto, e isto ocorre de forma semelhante em todos os países... São os círculos que se movem... O livro de Thomas Mathiesen, *Politics of abolition*, teve um

grande papel nesta etapa de minhas reflexões, quando eu já estava totalmente maduro. Há muitas coisas impressionantes neste livro, escrito de um jeito todo pessoal... É um pouco como a Bíblia. Também é inacabado e, para mim, este aspecto conta muito. Eu tinha também o grande Relatório em quatorze volumes da *Presidential Commission* dos Estados Unidos: *Challenge of crime in a free society*. Para quem quer compreender o que é o sistema penal e no que ele está se convertendo, este informe é luminoso. Entre todos os aspectos considerados pelas inúmeras pesquisas que compõe este enorme documento, trazendo uma combinação de dados sobre o sistema penal sem precedentes, há uma análise que mostra clarametne como se forma a cadeia de decisões. Esta leitura também me provocou um turbilhão. Devo muito ainda a Ortega y Gasset, mesmo tendo que retroceder bem longe para reencontrá-lo, aos tempos de minha juventude. Guardei uma imagem importante: a de que construímos sistemas abstratos para nos sentirmos em segurança como civilização e trabalharmos para aperfeiçoar estes sistemas; mas, os elaboramos com tantos detalhes e as condições para as quais foram criados mudam tanto que, com o tempo, toda esta construção não seve mais para nada. A distância entre a vida e a construção torna-se tão grande que esta acaba desmoronando...

— *Você está sugerindo que o sistema penal é uma construção abstrata tão distante da realidade que deverá desmoronar sozinha? Na realidade, infelizmente, este sistema não dá nenhum sinal de queda. Dá até mesmo vontade de dizer: ao contrário! Diante da avalanche de novas leis, cada vez mais repressivas, que vêm sendo promulgadas no mundo inteiro, diante de tantas “Comissões de Revisão do Código Penal” que, um pouco por toda parte, se prestam a revigorar o sistema, talvez se devesse, ao contrário, estar pessimista...*

— Do ponto de vista pessoal, não sou radicalmente

pessimista. Quero dizer que, sem ser de um otimismo irreal, tenho razões para ter esperanças. Mas, para apreender estas razões e, ao mesmo tempo, compreender como pude realizar esta minha travessia para o abolicionismo, talvez seja preciso que eu trate de informar o que se passou comigo num nível mais profundo, sair do campo dos fatos, dos acontecimentos que marcaram minha vida, para tentar alçar as experiências interiores. Determinadas circunstâncias levaram a que eu assumisse responsabilidade neste campo. Isto foi o que acabamos de ver. Mas, certas experiências profundas — evidentemente ligadas aos acontecimentos que teceram a trama da minha vida — influenciaram sobre toda minha maneira de pensar. São estas experiências as fontes ocultas de minha verdadeira atitude em relação ao sistema penal. Após uma determinada crise pessoal, atravessada há uns quinze anos, tomei consciência do fato de que minha explicação do mundo e a explicação que dou de mim mesmo são processos paralelos, como duas faces de uma mesma moeda. Isto deve ser verdadeiro para cada um de nós — o acesso a nossas próprias angústias e a nossos próprios desejos influi sobre nossa compreensão do mundo e vice-versa: utilizarmos o que aprendemos do exterior para a decodificação das experiências interiores.

— *Você quer dizer que, para assumir sua posição abolicionista do sistema penal, você mergulhou no mais profundo de si mesmo?*

— Sim, é isso! A evolução da minha visão de mundo — e, portanto, do meu olhar sobre o sistema penal — é necessariamente paralela à minha evolução pessoal interior.

— *Neste caso, teremos que marcar uma segunda conversa, para partirmos rumo à descoberta das instâncias mais secretas de sua posição abolicionista.*

abram as prisões

dispersem as tropas

A coerção social já teve seus dias. Nada, nem reconhecimento de uma falta cometida nem contribuição à defesa nacional, podem forçar um homem a abrir mão de sua liberdade. A idéia de prisão e a idéia de quartéis são lugares — comuns hoje: estas monstruosidades não chocam mais. A infâmia repousa na calma daqueles que contornaram a dificuldade por diversas abdições físicas e morais (honestidade, doenças, patriotismo).

Uma vez que a consciência tenha se recuperado do abuso que compõe parte da existência destas masmorras — a outra parte sendo a degradação, a diminuição que elas engendram naqueles que delas escapam, assim como os lá aprisionados; *e existem, ao que parece, alguns loucos que preferem a cela ou a caserna* — uma vez que essa consciência é finalmente recuperada, nenhuma discussão pode ser reconhecida, nenhuma retratação. Nunca foi tão grande a oportunidade de resgatá-la, portanto não fale em oportunidade. Deixe os assassinos começarem, se quiser; a paz prepara para a guerra, tais

propostas escondem somente os mais profundos medos ou os desejos mais hipócritas. Não nos deixe ter medo de perceber que estamos esperando, que estamos convidando à catástrofe. Catástrofe? Esta seria a permanência de um mundo onde o homem tem direitos sobre o homem. A sagrada união diante de facas e metralhadoras. Como este argumento desqualificado pode ainda ser usado? Envie os soldados e os réus de volta aos campos de batalha. Liberdade? Não há liberdade para os inimigos da liberdade. Não seremos cúmplices dos carcereiros.

O Parlamento vota por uma anistia mutilada; a classe que se forma na próxima primavera partirá; na Inglaterra uma cidade inteira tem sido impotente para salvar um homem; soube-se, sem grande surpresa, que nos Estados Unidos a execução de vários condenados foi adiada para depois do Natal *porque eles tinham boas vozes*. E agora que já cantaram, podem muito bem morrer, pela cerimônia. Nas guaritas, nas cadeiras elétricas, a espera mortal; você os deixará perecer?

abram as prisões

dispersem as tropas

In *La Révolution Surrealiste*, número 2, janeiro 1925. Tradução de Andre Degenszajn e Ana Cernov, pesquisadores do Nu-Sol.